

MATHEUS SILVA SOUZA

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UMA OPÇÃO AO SISTEMA TRADICIONAL
BANCÁRIO NO SUDOESTE GOIANO**

**RIO VERDE – GO
2020**

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS RIO VERDE - GO
TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

MATHEUS SILVA SOUZA

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UMA OPÇÃO AO SISTEMA TRADICIONAL
BANCÁRIO NO SUDOESTE GOIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Instituto Federal Goiano – *Campus* Rio Verde, como requisito parcial para obtenção de créditos obrigatórios para a validação de grau em Tecnologia em Agronegócio.

Orientadora: Profa. Dra. Rúbia Cristina Arantes Marques.

**RIO VERDE – GO
2020**

SOUZA, Matheus Silva

Cutter Cooperativas de crédito: uma opção ao sistema
tradicional bancário no sudeste goiano / Matheus Silva
Souza. – Rio Verde. – 2020.
46 f. Il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto
Federal Goiano – Campus Rio Verde, 2020.
Orientadora: Dra. Rúbia Cristina Arantes Marques.

Bibliografia

1. Cooperativismo. 2. Crédito. 3. Instituições. 4. Produtos. 5.
Serviços. I. Título. II. Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde.

CDD



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Mathem Silva Souza
 Matrícula: 2017102210130408
 Título do Trabalho: Cooperativas de bicicletas: uma opção ao sistema tradicional bancário no Sudoeste Goiano

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não
 O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Pico Verde - GO, 02/07/2020
 Local Data

Mathem Silva Souza

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

[Assinatura]

Assinatura do(a) orientador(a)

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CURSO (TC)

ANO 2020 SEMESTRE 1º

No dia 30 do mês de junho de 2020, às 15 horas, reuniu-se no ambiente virtual google meet(meet.google.com/yml-iqjj-yie) a banca examinadora composta pelos docentes Haihani Silva Passos, Silvia Ferreira Marques Salustiano, e Rúbia Cristina Arantes Marques para examinar o Trabalho de Curso (TC) intitulado: *Cooperativas de crédito: uma opção ao sistema tradicional bancário no sudoeste goiano*, do acadêmico **Matheus Silva Souza**, Matrícula nº 2017102210130408 do curso de tecnologia em Agronegócio do IF Goiano – Campus Rio Verde. Após a apresentação oral do TC, houve arguição do candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela aprovação do acadêmico. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata, que segue data da e assinada pelos examinadores.

Rio Verde, 30 de junho de 2020.



Professora Dra. Rúbia Cristina Arantes Marques
Orientadora



Professor Dr. Haihani Silva Passos
Membro



Professora Dra. Silvia Ferreira Marques Salustiano
Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus e ao Mestre Jesus por me conceder saúde e força para chegar neste momento tão importante para um estudante, a defesa do trabalho de conclusão de curso.

Em segundo lugar, quero agradecer a minha avó, Balbina, minha mãe, Walma, a meu pai, Júlio, que nunca mediram esforços para que eu prosperasse, me motivando, me dando amor, carinho e um lar de muita alegria. Além de uma educação de alta qualidade, apesar do pouco poder aquisitivo. Quero aqui também agradecer outras pessoas que foram de suma importância para que eu conseguisse chegar até este ponto, minha namorada Lara, que foi um presente de Deus, minha fonte de motivação diária, meus sogros, Victor e Mirian, meus irmãos, Júlio César e Kleston, e minhas madrinhas Genezi e Elizabeth.

Em continuidade, quero mencionar aqui os profissionais que sempre se dedicaram ao meu aprendizado, ao corpo docente do curso de Tecnologia em Agronegócio do Instituto Federal Goiano, em especial a minha orientadora, Rúbia, que apesar de toda a demanda de sua rotina diária sempre me instruiu de forma cordial e atenciosa. E também a instituição que sempre forneceu a estrutura para que tudo isso se realizasse. Agradeço, ainda, aos meus colegas de turma que sempre forneceram ajuda e que sempre tive o prazer de auxiliar quando possível.

Agradecer, também, aos meus amigos de infância, José, Yago, Silas, Hebert, Flávio, Silvio e Lucas que sempre estiveram comigo, compartilhando momentos bons e ruins, e dando força sempre que necessário.

E por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer à Cooperativa de Crédito Sicoob Credi-Rural, que me concedeu minha primeira oportunidade profissional, e é meu local de trabalho atualmente. Em especial, a Gerente Administrativo Celiane e a Líder do meu setor, Kamilla, pessoas que sempre confiaram no meu potencial e qualidade enquanto profissional.

RESUMO

Cooperativas de crédito: uma opção ao sistema tradicional bancário no sudoeste goiano

O cooperativismo de crédito está cada dia mais presente no cotidiano financeiro da população, trazendo inovação e uma concepção diferente da forma de se conduzir as finanças. Contrariando a ideia das tradicionais instituições bancárias, as cooperativas buscam proporcionar a seus associados rendimentos e justiça financeira. Através da comparação do preço de produtos e serviços disponibilizados por instituições bancárias e cooperativas de crédito, o presente estudo tem como objetivo analisar de forma quantitativa e qualitativa qual sistema financeiro tem o menor custo para os usuários no município de Rio Verde - GO. Para tanto, fez-se uma análise dos principais produtos e serviços ofertados pelas instituições do município, chegando ao resultado de que as cooperativas de crédito possuem melhor preço em detrimento aos bancos privados tradicionais.

Palavras-chave: Cooperativismo. Crédito. Instituições. Produtos. Serviços.

ABSTRACT

Credit cooperatives: an option to the traditional banking system in southwest from Goiás

Credit cooperatives are increasingly present in the financial daily life of the population, bringing innovation and a different idea of how to conduct finance. Contrary to the idea of traditional banking institutions, cooperatives seek to provide their members with income and financial justice. By comparing the price of products and services provided by banking institutions and credit unions, this study aims to analyze in a quantitative and qualitative way which financial system has the lowest cost for users in Rio Verde-GO. So, a review was made about the main products and services offered by the city institutions, the result was that credit cooperatives have a better price than traditional private banks.

Keywords: Cooperativism. Credit. Institutions. Products. Services.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ramos do Cooperativismo no Brasil.	17
Quadro 2 - Diferenças entre Cooperativismo e Sociedade Mercantil.....	19
Quadro 3 - Histórico legislativo do cooperativismo.	24
Quadro 4 - Comparação de preços entre bancos privados.....	36
Quadro 5 - Comparação de preços entre Cooperativas.	37
Quadro 6 - Comparação de menores preços entre bancos privados e cooperativas.	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 Teoria econômica do cooperativismo	13
2.2 Cooperativismo	15
2.3 Cooperativismo de crédito	20
2.4 Cooperativismo de crédito no Brasil	23
2.5 Cooperativismo de crédito em Goiás	27
2.6 Cooperativismo de crédito em Rio Verde.	29
2.7 Bancos virtuais e tradicionais	32
3. METODOLOGIA	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

É possível observar constantes exemplos do quanto competitivo está o mercado financeiro. Neste cenário, destacam-se opções inovadoras, por exemplo, as cooperativas. Segundo Soares e Sobrinho (2015), as cooperativas são impulsionadas pelo mutualismo, onde seu significado consiste em grupos na qual a relação se dá pelo fornecimento de benefícios mútuos e assistência destinada àqueles que mais necessitam. São destacados os três princípios do cooperativismo, sendo eles: (1) o cooperativismo é uma atividade formal geralmente amparada em base legal específica, (2) é formado por pessoas que possuem objetivos em comum, com isso o governo da mesma é exercido por um integrante do grupo e (3) os resultados financeiros são divididos entre os seus cooperados de forma igualitária e justa, ou seja, mais ganha quem mais utiliza a cooperativa e investe. As cooperativas procuram trazer justiça ao meio em que ela está inserida, e se for bem gerida e administrada fomenta a geração de empregos e a distribuição de renda.

É importante verificar e analisar o ato de cooperar de forma aprofundada. Para Oliveira (2010, p 171) o ato de cooperar é uma vontade humana, e também é uma escolha, se for escolhida se torna aprendizagem e descoberta. Quando a cooperação se inicia em uma comunidade e então começa a ser praticada incisivamente, conclui-se que a cultura de cooperativismo ali se instaurou.

A inteligência cooperativa não é resultado do avanço tecnológico. Na verdade, tal progresso é capaz até de afastar uma nação desse nível de inteligência e isso pode ser observado se analisarmos algumas nações do passado que alcançaram a soberania sobre outras, se intitulado autossuficiente e cessando a cooperação segundo Oliveira (2010, p 171).

Atualmente observamos a relevância do sistema cooperativista ao analisar as informações disponibilizadas pela OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras (2018), onde as cooperativas dos mais diversos ramos existentes movimentaram a economia brasileira em cerca de R\$ 9 bilhões. Estas registraram, neste período, um total de R\$ 351,4 bilhões e R\$ 259,9 bilhões em ativos totais, ingressos e receitas brutas respectivamente. Além do ganho financeiro, ainda em 2018 as cooperativas geraram um retorno à sociedade onde de R\$ 16 milhões dessa totalidade, R\$ 7 milhões foram para o poder público através de impostos e tributos.

Estas informações servem para mostrar que as cooperativas possuem não só um discurso bem engendrado, mas também resultados concretos e de grande relevância, como mostram alguns dos principais dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro de 2019 disponibilizado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e baseado no *World Cooperative Monitor* 2018. Este anuário conclui que existem cerca de 1,2 milhão de cooperativas do ramo agropecuário no mundo. As 300 maiores cooperativas do mundo somadas obtêm um faturamento de US\$ 2,1 trilhões e as cooperativas de atacado, varejo e consumo possuem na esfera global mais de 420 mil escritórios de venda.

Ainda dentro do Anuário do Cooperativismo Brasileiro anterior e tendo como fonte a Organização Internacional de Cooperativas de Indústria e Serviços (ACI) no ano de 2018, constatou-se a existência de 1,2 bilhão de cooperados, formando o quadro social de 3 milhões de cooperativas distribuídas em 150 países, almejando o desenvolvimento de seus cooperados e comunidades.

Ao trazermos essa caracterização estatística para o cenário cooperativista brasileiro e ainda tendo como referência o anuário da OCB, vemos que o número de pessoas envolvidas com o cooperativismo avançou 62% nos últimos oito anos. Nesse período, a quantidade de empregos gerados pelas cooperativas aumentou 43% e podemos observar isso atentando para os dados de que em 2010 o número de cooperativas no país era de 6.652. Já em 2018 foram registradas 6.828 cooperativas com mais de 14 milhões de cooperados.

Outro percentual que deve ser destacado é o do quanto o ramo do cooperativismo é inovador na questão de empregos por gênero, visto que em 2.951 cooperativas pesquisadas seus colaboradores se dividiram em 52% do sexo masculino e 48% do sexo feminino.

Portanto, ao analisarmos os dados acima, se entende porque o cooperativismo é tão importante, e deve ser estudado ao máximo. Sua natureza empírica tem capacidade de solucionar, ou, pelo menos, amenizar várias das mazelas existentes na sociedade, já que a base do cooperativismo é a distribuição de renda e a divisão entre os participantes.

Alguns dos problemas que podem ser amenizados com o cooperativismo na sua modalidade agrícola, segundo a FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2012), são as questões do fornecimento de alimentos para a população mundial e da diminuição da pobreza, visto que este ramo do

cooperativismo beneficia o pequeno produtor (sem deixar de beneficiar o médio e grande) e fomenta o poder de negociação e captação de recursos do mesmo.

Como foi supradito, as cooperativas alcançaram solidez em vários ramos e regiões. De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional, pode-se destacar alguns fatores para isso. Dentre eles estão o fato destas instituições não possuírem fins lucrativos; apresentarem o desejo incessante de levar melhores produtos; serviços e vantagens aos cooperados, aliando isso a um preço justo. Outros dois fatores relevantes são o ato de distribuir sobras aos cooperados no fim de cada exercício anual e o pensamento mais sustentável e humano, fazendo assim com que o cooperado seja o maior divulgador da cooperativa.

De acordo com a Resolução 56/2019 do Banco Central do Brasil, o cooperativismo subdivide-se em sete ramos, sendo eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; transporte; trabalho e produção de bens e serviços.

Nesta Resolução, o artigo 1.º, item 'e' trata especificamente do cooperativismo de crédito, regulamentando que: é composto por cooperativas que se destinam, essencialmente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus cooperados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro.

Este ramo do cooperativismo compõe o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo que por sua vez é regulamentado pela lei complementar de 130/2009. É composto por dois bancos cooperativos, cinco confederações, 34 cooperativas centrais e 927 singulares estas que são subdivididas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.434/15 conforme suas operações.

As cooperativas singulares são divididas nas seguintes categorias: primeiro as plenas, essas podem realizar praticamente todas as operações e transações autorizadas a uma instituição do mercado financeiro inclusive aquelas de maior complexidade e risco; a segunda é a categoria das cooperativas clássicas, essas possuem autorização para realizar as operações comuns de uma instituição financeira, ligadas a intermediação e pagamentos. A última categoria é a de capital e empréstimo que se refere às outras cooperativas que não podem captar depósitos.

Este trabalho faz um apanhado histórico do cooperativismo bem como seus benefícios e vantagens, e objetiva mostrar o cenário atual das instituições financeiras cooperativistas no município de Rio Verde (Goiás), bem como fazer uma

comparação entre os preços de produtos e serviços ofertados por estas instituições e pelas organizações bancárias tradicionais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Teoria econômica do cooperativismo

O cooperativismo atua como forma de canalizar a força de pessoas de modo a alcançar um objetivo em comum. Souza (2000) e Pinho (2003) elucidam que no Brasil o ato de cooperar é uma forma de demonstração de voluntariado e solidariedade como, por exemplo, a troca de bens ou serviços, ou seja, o escambo.

Visto que o cooperativismo possui em seus princípios ideias de um “todo” em função do indivíduo, vale analisar o porquê as pessoas possuem uma ideia individualista a ponto de não se associarem a instituições cuja natureza é essencialmente cooperativista. Segundo Polanyi (2000) isso se dá através do crescimento do capitalismo de livre mercado, impulsionando a alienação dos seres humanos e sua submissão ao consumismo e elevação econômica, fazendo, nesse contexto, com que a interação entre pessoas seja nula, enfraquecendo assim o sistema cooperativista que seria uma saída frente a um contexto financeiro tão competitivo.

Analisado isso podemos trazer o cooperativismo para o âmbito econômico mostrando-o como iniciativa facilitadora para que ocorra interação entre os agentes do mercado, como as firmas e organizações. Em conformidade com Ronald Harry Coase (1937), uma firma é definida por uma relação que acontece através de contratos onde duas partes podem prestar serviços, trocar informações de modo a alcançar um objetivo final.

Davis & Goldberg (1957) e Goldberg (1968) explicam que a relação entre indústrias de insumo e produção agropecuária, onde a segunda fomenta a primeira, deve ser de modo contratual, garantindo assim credibilidade e segurança para que as partes realizem esta interação de forma eficiente e dinâmica.

Com base no que foi discorrido anteriormente e conforme diz North (1994), no âmbito da Nova Economia Institucional, devem existir organizações que regulam e normatizam as relações no sistema econômico para que o mesmo funcione de forma eficiente.

A Nova Economia Institucional pode ser analisada através de dois enfoques distintos. O primeiro traz a visão “macroanalítica”, onde as regulamentações são as determinantes formais. O segundo gira em torno da Economia dos Custos de Transação. Para Coase (1937) o segundo enfoque visa analisar os custos das transações em um mercado para a obtenção de informações sobre o mesmo, como o custo de manutenção de contratos, sejam eles escritos ou não registrados.

Ainda nas elucidações de Coase (1937), a Economia dos Custos de Transação baseia-se na seguinte proposição: uma firma não é capaz de produzir tudo que é necessário para que seu produto seja confeccionado, por isso ela necessita de outras partes (agentes) do mercado, para que possa ser municiada de insumos destinados à produção. Para Fiani (2002) os custos acima demonstrados acontecem quando cada empresa busca insumos no mercado, visando a obtenção de seu produto final. Este custo varia entre negociar, redigir e fomentar o cumprimento do contrato.

Os autores citados acima buscaram facilitar o entendimento no que se refere às definições de processos que, no que lhe concerne, almejam explicar os elementos teóricos da Categoria Analítica, que consiste num esquema de análise baseado nos pilares comportamentais, sendo eles: a Racionalidade Limitada, o Oportunismo e as Dimensões das Transações (Especificidade de ativos, Frequência e Incerteza).

Williamson (1996) elucida sobre o primeiro pilar, que é o objetivo dos agentes econômicos, mas que nem sempre é alcançado por completo por causa da obscuridade que rodeia o ambiente de decisão dos mesmos. Em consoante a Zylbersztajn (1995), o oportunismo pode ser classificado como um modo antiético, que uma vez utilizado por um agente tornará, então, necessária a utilização de contratos, resultando em custos de tempo e monitoramento.

Ainda de acordo com Williamson (1996), a forma de relacionamento adotado deve ser baseada na característica do insumo a ser negociado, uma vez que suas particularidades definem as possibilidades que se abrem quando uma firma o adquire. Contudo, seu valor deve ser mantido em todo o processo. Para Azevedo (1996) quanto mais se repete uma transação, mais se agrega valor aos ganhos futuros, com isso o custo associado à atitude oportunista cresce.

Para concluir, a incerteza está ligada a volatilidade das atitudes dos agentes que se relacionam no ambiente econômico, por isso não é possível prever de forma

exata os acontecimentos durante uma transação. Apesar das adversidades mostradas, o estudo dos custos de transação se traduz num importante método de análise pertinente ao ganho das organizações mediante suas estratégias, buscando minimizar os impactos ocasionados pela inconstância política e econômica da constituição.

Em resumo, os custos de transação, como foram demonstrados anteriormente, são todos aqueles que envolvem uma negociação econômica. Estas despesas podem ser influenciadas pelos agentes envolvidos na operação, pelas políticas públicas, pela saúde do mercado financeiro dentre outros.

Pode-se partir da ideia de que a redução nos custos de transação trará benefícios às partes envolvidas na operação, já que a diminuição do custo ocasiona numa maior liquidez no lucro final. De acordo com North (1994), a eficiência de um mercado é a consequência do oferecimento realizado por instituições, de avaliações e execuções contratuais de baixo custo em determinados momentos.

Com isso, é válido ressaltar que o cooperativismo, embasado pelas suas ideias de ajuda mútua e divisão de despesas e sobras, pode trazer redução dos custos de transação aos seus cooperados desde que esses cumpram seus deveres perante suas instituições cooperativas. Isso é possível já que cada cooperado possui direito a voto para eleição dos representantes da cooperativa, partilham objetivos em comum e detém garantia às sobras operacionais no final de cada exercício, entre outros benefícios.

2.2 Cooperativismo

As dificuldades e obstáculos são comuns no cotidiano de pessoas físicas e jurídicas, portanto, práticas e instituições que propiciem a ajuda mútua são de grande relevância. Por isso o cooperativismo se encaixa tão bem nas sociedades desde os primórdios da espécie humana. O modo que as instituições cooperativas se organizam chama a atenção de quem procura por mais justiça financeira.

Segundo Neto e Bialoskorski Sigismundo (1998) e Marques e Pedro Valentim (1998) as cooperativas são empresas que possuem um modo diferente de se organizar quando comparado a estruturas empresariais comuns. De início podemos destacar que as cooperativas, em sua essência, não buscam o lucro e, somada a essa característica, procuram ao final de cada exercício (geralmente 12 meses)

obter sobras operacionais que serão divididas entre seus associados que são, ainda, clientes e proprietários da empresa.

A espécie humana possui a característica de se unir e se organizar para vencer dificuldades. De acordo com Santos (2001), as pessoas organizam-se em pequenos grupos, vilarejos e cidades a fim de alcançar sua preservação enquanto espécie e suprimentos que propiciem sua manutenção.

As formas de cooperação e cooperativismo surgiram nas primeiras civilizações formadas no planeta. Conforme Bialoskorski Neto (2006, p.21) clarifica, as formas de cooperação existem desde o período pré-histórico, em tribos indígenas e nas civilizações babilônicas. Em concordância ao citado anteriormente e de acordo com associados eses (1990), pode-se observar que a cooperação ocorre desde a formação dos primeiros agrupamentos sociais.

O cooperativismo, para Jochem e Ronkoski (2010), pode então ser definido da seguinte maneira: modernamente, compreende-se o cooperativismo como um movimento social vinculado mais proximamente às atividades econômicas, envolvendo a produção, consumo, trabalho e a geração de renda.

Este cooperativismo moderno com uma característica mais “profissional” surgiu no final do século XVIII e início do século XIX, com a revolução industrial que para Salles (2010) representou a mudança de comunidade rural para a sociedade fabril, a alteração de trabalho predominantemente manual e artesanal para a utilização de máquinas movidas à vapor. Ao analisarmos esse acontecimento podemos observar que a prioridade já não era mais o homem e sua manutenção, mas sim o lucro, tal como é apresentado no trecho a seguir:

Um dos grandes dramas do processo da Revolução Industrial foi a alienação do trabalhador em relação a sua atividade. Ao contrário do artesão da Antiguidade ou da Idade Média, o operário moderno perdeu o controle do conjunto da produção. Passou a ser responsável por apenas uma parte do ciclo produtivo de uma mercadoria, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos. Além disso, recebendo “salário” em troca da atividade mecânica realizada, o operário alienava o fruto de seu trabalho ao capitalista, transformando-o em mercadoria sujeita ao mercado (VICENTINO, 2001).

Nessa imposição trazida pelo início da industrialização, o cooperativismo surge como uma saída para a distribuição de riquezas. Reis Júnior (2006) demonstra isso com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (*Rochdale Society of Equitable Pioneers*), em Manchester, Inglaterra. Na ocasião, 28 operários

conduzidos por Robert Owen e Charles Fourier deram início ao primeiro empreendimento denominado de cooperativa, que segundo Santos (2001) *apud* Pinho (1982) consistia em um armazém embasado por um conjunto de normas que buscava trazer melhorias econômicas e sociais. Dentre os objetivos podemos citar: a formação de capital para emancipação dos trabalhadores mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; construção de habitações a preço justo; comercialização (compra e venda) somente com dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias.

Podemos ainda observar de acordo com Menegário (2000), que em 1835 era possível encontrar, também na França, grupos de cooperativas semelhantes àqueles encontrados na Inglaterra, mais especificamente em Lyon onde existia a Associação Lionesa (*Au Commerce Véridique*).

As cooperativas podem se dividir em diversos ramos e, portanto, atuam na sociedade inserida em vários segmentos. Podemos confirmar tal situação observando os ramos do cooperativismo brasileiro, analisando seus números nos anos de 2017 e 2018 e a variação nesse período.

Quadro 1 - Ramos do Cooperativismo no Brasil.

Ramos	Cooperativas			Cooperados			Empregados		
	2017	2018	VAR. (%)	2017	2018	VAR. (%)	2017	2018	VAR. (%)
Agropecuário	1.618	1.613	-0,30%	1.017.481	1.021.019	0,3%	198.654	209.778	5,60%
Consumo	179	205	14,50%	2.585.182	1.991.152	-23,00%	12.629	14.272	13%
Crédito	929	909	-2,20%	8.941.967	9.840.977	10,10%	60.237	67.267	11,70%
Educacional	270	265	-1,90%	53.403	60.760	13,80%	3.367	3.412	1,30%
Especial	8	10	25,00%	321	377	17,40%	8	8	0,00%
Habitacional	284	282	-0,70%	106.659	103.745	-2,70%	577	742	28,60%
Infraestrutura	135	135	0,00%	1.006.450	1.031.260	2,50%	5.692	5.824	2,30%
Mineral	97	95	-2,10%	23.515	59.270	152,10%	182	177	-2,70%
Produção	239	230	-3,80%	5.777	5.564	-3,70%	2.960	1.132	-61,80%
Saúde	805	786	-2,40%	238.820	206.185	-13,70%	103.015	107.794	4,60%
Trabalho	943	925	-1,90%	188.435	198.466	5,30%	943	5.105	441,40%
Transporte	1.357	1.351	-0,40%	98.713	98.190	-0,50%	9.835	9.792	-0,40%
Turismo e Lazer	23	22	-4,30%	760	1.867	145,70%	11	15	54,50%
TOTAL GERAL	6.887	6.828	-0,90%	14.267.483	14.618.832	2,50%	398.110	425.318	6,80%

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2019).

Vale ressaltar que apesar da tabela 1 apresentar treze ramos, graças a Resolução 56/2019 do Banco Central do Brasil alguns destes se fundiram, formando os sete ramos do cooperativismo. Na seção agropecuária foi adicionado o ramo de cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural. Na categoria de consumo foram acrescentados os ramos de turismo e lazer (consumidores) e o educacional (pais). A divisão de crédito não teve nenhuma alteração, as categorias de infraestrutura e habitacional foram unidos. Outras seções que foram unidos em um único segmento foram os de trabalho, produção, mineral, turismo e lazer (profissionais), especial e educacional (professores). A subdivisão da saúde ficou segmentado nos ramos médicos, odontológicos e o dos demais profissionais da saúde e, por último, é apresentada a divisão de transportes que ficou composta pelos transportes de carga, de passageiros e pelo transporte turístico.

Para Lima, Silva e Vigiano (2003, p.28) a mais importante característica do homem é a capacidade de trabalho o que, por sua vez, o capitalismo tenta utilizar para acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria, fazendo com que a sociedade se resuma a um grande produto de venda e compra.

Entretanto, neste cenário dominado pelo capitalismo existe o cooperativismo que, segundo os autores supracitados, é embasado numa doutrina que almeja a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação, constituídas de indivíduos livres que se responsabilizariam pelo gerenciamento das sociedades bem como acesso igualitário à riqueza produzida. As proposições acima demonstradas ficam ainda mais claras no quadro a seguir, que consiste nas diferenças (no âmbito jurídico) entre o cooperativismo e uma sociedade mercantil.

Quadro 2 - Diferenças entre Cooperativismo e Sociedade Mercantil.

COOPERATIVISMO	SOCIEDADE MERCANTIL
É uma sociedade de pessoas	É uma sociedade de capital
Objetivo principal é a prestação de serviços	Objetivo principal é lucro
Número ilimitado de cooperantes	Número ilimitado de acionistas
Controle democrático - um homem - um voto	Cada ação - um voto
Assembleia: Quorum - é baseado no número de cooperantes	Assembleia: Quorum - é baseado no capital
Não é permitida a transferência das quotas-parte a terceiros estranhos à sociedade	Transferência de ações à terceiros
Retorno proporcional ao valor das operações	Dividendo proporcional ao valor das ações.

Fonte: Cooperativismo: Doutrina, Descompasso E Prática (2003, p 31).

Algumas destas diferenças devem ser ressaltadas, pois o contraste entre os objetivos deixa bem evidente o motivo pelo qual o cooperativismo deve ser explorado, já que o mesmo busca ajudar a comunidade em que está inserido e, ainda, as pessoas que o formam.

A comparação no modo de se transferir cotas chama a atenção já que no cooperativismo os não cooperados não podem participar do capital social da instituição, ao passo que nas sociedades mercantis as transferências de ações são livres à terceiros.

O modo de participação dos integrantes em votações também deve ser analisado, já que no cooperativismo cada cooperado tem direito a somente um voto, enquanto na sociedade mercantil o voto é representado por ações, desequilibrando as deliberações estabelecidas, já que quem tiver o maior número de ações poderá controlar as decisões.

2.3 Cooperativismo de crédito

Apesar do cooperativismo ter sido idealizado, de forma mais geral, na Inglaterra, sua face voltada para o crédito foi despertada na Alemanha. De acordo com Pinho (2003), o cooperativismo surgiu no século XIX, fundado por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, que nasceu na Alemanha em 1818 e era filho de agricultores. Seu pai chegou a ser prefeito de uma cidade alemã. Friedrich era o sétimo de nove filhos, aos 14 anos deixou a escola e até os 17 recebeu aulas particulares de um pastor local, quando foi convocado para os serviços militares, os quais não deu prosseguimento, pois foi vítima de uma doença nos olhos. Com isso, em 1843 deu início no serviço público. Dois anos depois alcançou o cargo de prefeito da cidade de Weyerbusch, que sofreu por uma grave crise econômica e de fome, durando de 1846 a 1848. Logo nos primórdios da crise, Friedrich criou a *Weyerbusch Consumer Society*, uma espécie de padaria comunitária cooperativa que visava distribuir pães e cereais aos necessitados.

Após esse período, durante 1848 e 1852, Friedrich foi prefeito da cidade de Flammersfeld onde, ao observar a necessidade daquele povo, criou uma cooperativa de comércio pecuário denominada *Flammersfeld Aid Society for Impecunious Farmers*, que com a ajuda da minoria rica da cidade dava aos pecuaristas possibilidades de adquirir bovinos a taxas menores. Este modelo de negócio logo se tornou uma sociedade de crédito. Depois de seus dois primeiros mandatos na cidade supracitada, em 1852 Friedrich tornou-se então o prefeito de Heddesdorf, uma cidade com característica manufatureira onde ele criou uma associação de caridade, que, no ano de 1862, transformou-se em uma associação de empréstimos. O conceito do negócio era: o dinheiro de um membro ali depositado poderia ser emprestado a outro integrante, ideia esta que deu origem a primeira cooperativa de crédito rural, intitulada *Heddesdorf Darlehnskassen Verein* (Portal do cooperativismo financeiro, 2012).

A importância de Friedrich pode ser observada até nos dias atuais, refletida no modo como se formam as organizações cooperativas e como essas buscam trazer evolução para a vida de seus cooperados, conforme elucida Cléber Zanetti (2019):

Desde a antiguidade se tem notícias do modelo de cooperação. As principais mudanças a partir do estabelecimento oficial do mundo moderno foi a organização do sistema de trabalho em contraste com a substituição da mão de obra artesanal por máquinas, momento que coincide com a Revolução Industrial. Com a primeira organização em modo de cooperativa, o grupo ganhava em poder de negociação. A ideia deu tão certo que o modelo avançou, ganhou força e subsiste até hoje (CONEXÃO SEGUROS UNIMED, 2019).

Todas as ideias e iniciativas tomadas por Friedrich, de forma corajosa, serviram para embasar o que hoje é conhecido por *RaiffeisenBank*, presente nos dias atuais na Alemanha, Luxemburgo, Áustria e Suíça.

No Brasil o cooperativismo nasceu com a dificuldade trazida pela libertação dos escravos. Discorrendo sobre o assunto, Pinho (1977) relata que em 1888 a Revista Financeira, no Rio de Janeiro, realizou uma das primeiras menções ao cooperativismo. O sistema foi apresentado como forma de reestruturação da máquina produtiva agrícola em face da dificuldade trazida pela libertação dos escravos, sabendo que no contexto histórico do Brasil não foi realizado nenhum planejamento social para essas pessoas. Na visão de Schneider e Loureiro (1981), este foi o estímulo para que o cooperativismo brasileiro nascesse do cenário agropecuário.

Anos mais tarde pudemos perceber outras ramificações aderindo ao cooperativismo, como ilustra Pinho (1982), discorrendo sobre a constituição da Associação Cooperativista da Companhia Telefônica de Limeira, em São Paulo, no ano de 1891 e da criação da Companhia Militar de Consumo do Rio de Janeiro, em 1894. Estes acontecimentos podem ser citados como marcos da história cooperativista brasileira.

Conduzindo o contexto para o cooperativismo financeiro, podemos observar na importante obra *Cooperativismo de Crédito: boas práticas no Brasil e no mundo* (2016, p.98), análises de condutas relevantes dos bancos cooperativos da Holanda, Alemanha e Canadá. O livro é fruto de um projeto que buscou mapear o cooperativismo em âmbito nacional e mundial, produzido pelo Banco Central do Brasil, pela OCB (Organização das Cooperativas brasileiras) e pelo SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

Na Holanda é relatado que os bancos cooperativos nacionais que formam o *Rabobank Nederland* são responsáveis pelas decisões corporativas. Seus associados elegem os representantes denominados “delegados” através de reuniões regionais. Estes “delegados”, no uso de suas atribuições, são incluídos nas

assembleias regionais de delegados e, após essa fase, participam das reuniões centrais de delegados onde são tomadas as decisões mais importantes do grupo.

É demonstrado, na obra, que todos os bancos cooperativos da Alemanha são obrigados por lei a participarem de uma Federação Regional de Auditoria, associação que por sua vez também funciona como uma cooperativa. A legislação alemã ainda determina que seja realizada, todo ano, uma auditoria aplicada em duas etapas: a primeira analisa operações de crédito, bases legais de administração e de natureza econômica; a segunda fase consiste nas análises de demonstrações contábeis, relatórios de gestão, questões patrimoniais e volume de negócios. Vale destacar que, para realização da auditoria, os auditores responsáveis podem permanecer no grupo executante por no máximo cinco anos.

No Canadá existe o sistema *Desjardins*, da cidade de *Québec*, que também determina auditoria externa anual obrigatória. Contudo, a forma de controle é diferente, consistindo em “autovigilância” por meio do Conselho de Ética e Deontologia (CEDEO). Este sistema é embasado por lei específica que detalha a responsabilidade de cada ente envolvido.

Observamos nos parágrafos anteriores como é estruturado e bem organizado a máquina cooperativista na Europa, portanto, é pertinente entender como este sistema alcançou o nível atual. Para Vale (2017, p 60) em 1993 o sistema de crédito cooperativo brasileiro enfrentava desafios e embargos semelhantes aos que a Europa vencera 40 anos antes. Os desafios observados proporcionavam uma dimensão do quanto o país estava atrasado, permitindo a averiguação das estratégias utilizadas pelo continente europeu para vencer esses obstáculos. As ferramentas podem ser observadas no trecho a seguir:

Adotando, principalmente as seguintes medidas e práticas: (I) elevação do nível de profissionalização; (II) intenso programa de treinamento em todos os níveis; (III) aprimoramento da visão comercial e de mercado; (IV) aperfeiçoamento e intensificação dos serviços de controle e auditagens; (V) eliminação das fraudes; (VI) eliminação das ações paternalistas; (VII) autonomia operacional, neutralizando influências negativas da política interna e (VIII) o mais importante de tudo, participação na administração e vida das instituições cooperativas, em todas as escalas, dos sócios autênticos e qualificados (VALE, 2017, p 60).

Essas medidas elevaram o nível do cooperativismo europeu, demonstrando ser ali o ponto divisor que separava o cooperativismo falho, do estruturado e efetivo, afinal, uma instituição cooperativa ou de outra modalidade não pode renunciar a

estratégias como a constante elevação do nível de profissionalização de seus colaboradores, eliminação de ações fraudulentas dentre as outras citadas.

2.4 Cooperativismo de crédito no Brasil

O modelo de cooperativismo de crédito brasileiro foi criado com base no exemplo Alemão, concebido por Friedrich Wilhelm Raiffeisen no século XIX. Em dezembro de 1902 o padre jesuíta Theodor Amstadt fundou no município de Nova Petrópolis - RS a primeira cooperativa de crédito brasileira, como mostra a linha do tempo disponibilizada na página virtual da cooperativa Sicredi Pioneira (2018) a qual consiste a nomenclatura atual da cooperativa criada em 1902 pelo padre Theodor.

Segundo (Pinho 2003) desde os primórdios, na Alemanha, em meados do século XIX, os fundadores previram na autogestão e na ajuda mútua o melhor caminho para oferecer aos agricultores e artesãos mais possibilidades de obtenção de crédito e divisões de despesas. As cooperativas se desenvolveram por toda a Europa e chegaram aos Estados Unidos e Japão. No Brasil, somente em 28 de dezembro de 1902, ou seja, 50 anos depois, houve a fundação da primeira cooperativa de crédito.

Ao tratar sobre o tema, Reis Júnior (2006) elucida que ao longo do desenvolvimento da legislação voltada para o cooperativismo no Brasil, a natureza jurídica dessa sociedade já foi considerada de diversas maneiras, como sociedade de espécie única, outrora civil e atualmente como uma sociedade simples e empresária, por possuir modelo próprio.

É de grande relevância entender o contexto legislativo do cooperativismo. Para isso vale ressaltar os principais decretos que nortearam essa prática, apresentados a seguir:

Quadro 3 - Histórico legislativo do cooperativismo.

DATA	DOCUMENTO	MARCO TEÓRICO
06/01/1903	Decreto nº 979	Forneceu aos agricultores e trabalhadores rurais as possibilidades de que eles pudessem se organizar em sindicatos para reivindicação de seus direitos, com base num cenário inicial.
05/01/1907	Decreto nº 1.637	Começo das tratativas legais das sociedades cooperativas, mas sem que a obtivessem uma forma jurídica.
19/12/1932	Decreto nº 22.239	Houve maior caracterização do cooperativismo, como a mutualidade existente nas sociedades de cooperação, sua representatividade no meio em que está inserida, salvo nessa época alguns conflitos normativos e duplicidade de regras nos dispositivos da época.
21/11/1966	Decreto-lei nº 59	O então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco idealizou uma política de cooperativismo e o Conselho Nacional do Cooperativismo, que tinha autonomia administrativa e financeira.
16/12/1971.	Lei nº 5.764	Sancionada pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, passou a definir a política cooperativista com uma série de disposições autoritárias que a distanciava de seus princípios fundamentais.
05/10/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (inciso XVIII, artigo 5º)	Segurou as investidas do governo, e trouxe o cooperativismo como uma das maiores formas de livre associação do País.
05/10/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigo 174º)	Discorre quanto à participação do Estado nas instituições e políticas cooperativistas, no artigo citado a interferência seria gerir, fiscalizar e regular a atividade, incentivar o planejamento, apoiar e estimular o cooperativismo e as outras formas associativismo.

Fonte: Armando Campos (2010). Elaborado pelo autor.

Observando o histórico apresentado, vale ressaltar a importância da Constituição de 1988, visto que, através dos documentos demonstrados acima, forneceu vida e incentivo ao cooperativismo, recuperando-o da difícil fase instaurada pela Lei 5.764 sancionada pelo Presidente Médici.

Depois deste histórico, abordado tanto em relação ao cooperativismo quanto aos seus marcos legislativos, podemos perceber algumas das vantagens importantes propiciadas pelo cooperativismo de crédito, que de acordo com a série Empreendimentos Coletivos publicada pelo SEBRAE (2014), são:

a) apesar das cooperativas não possuírem nomenclatura de “banco” os serviços e produtos que podem ser contratados e obtidos nelas são considerados bancários. Por exemplo, abertura de contas-corrente e poupança, aplicações em diversas modalidades, transferências, pagamentos de guias e boletos, dentre outros;

b) através de algumas cooperativas de crédito é possível ter acesso a financiamentos e custeios oriundos tanto das próprias cooperativas quanto de programas do governo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);

c) direito de votar e participar efetivamente das decisões tomadas nas assembleias gerais, onde são tratados assuntos como reformas estatutárias, ocorrendo a mostra de balanços financeiros do ano dentre outras.

d) direito de se retirar da cooperativa com a devolução de suas cotas-partes, o que deve estar previsto no estatuto social.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas por uma associação de pessoas que objetivam fornecer serviços financeiros exclusivamente aos seus cooperados que são, ao mesmo tempo, proprietários e utilizadores da cooperativa. Nessas instituições, os cooperados encontram os produtos e serviços comuns nos bancos, tais como: conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos, financiamentos, dentre outros. Cada associado tem poder de voto igual aos seus pares, independentemente do valor de sua cota. Essas cooperativas não visam lucro, os direitos e deveres são iguais aos cooperados e a adesão é livre e voluntária. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

De acordo com Filho (2002), essas cooperativas precisam obter recursos para sua própria manutenção e para servir de caixa para empréstimos oriundos da

modalidade RPL (Recursos Próprios livres), que a cooperativa empresta por si sem depender de repasses do governo.

Ainda conforme o autor supracitado, a origem para estes recursos podem ser de cooperados que, ao abrirem sua conta corrente, realizam um depósito em sua conta capital chamada de integralização, depósito à vista, ou a prazo, empréstimos, financiamentos, renegociações, repasses dentre outros. Para ceder empréstimos ou financiamentos às cooperativas podem optar por trabalhar apenas com seus cooperados e/ou membros do seu estatuto.

As sociedades cooperativas brasileiras possuem um sistema de separação que também deve ser abordado. Elas se dividem em cooperativas de 1º grau, 2º grau ou 3º grau conforme pode ser observado na análise disponível na página virtual da OCB (Roraima). Assim, as cooperativas de 1º grau possuem a missão de fornecer produtos e serviços diretamente aos associados, constituída com um mínimo de 20 pessoas físicas, são também chamadas de singulares; as de 2º grau, denominadas também de centrais ou federações, organizam os serviços da filiada (singular) garantindo a homogeneidade do processo e devem abranger no mínimo três singulares e por fim; as de 3º grau ou confederações organizam, por sua vez, o andamento das federações. Devem ser compostas também por três ou mais instituições.

As cooperativas singulares, federações e confederações compõem o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo que tem seus objetivos principais definidos pela Lei Complementar nº 130/2009, que permitiu às cooperativas concederem crédito e captarem depósitos à vista e a prazo dos cooperados.

Ao analisar todo esse contexto cooperativista se faz necessário conhecer o surgimento do cooperativismo no estado de Goiás, já que a federação possui uma das economias mais relevantes do país, muito devido ao seu potencial agropecuário. Porém, como podemos analisar no trecho a seguir, o estado não foi pioneiro na prática:

O cooperativismo de crédito demorou a chegar a Goiás, de acordo com os registros oficiais, ao se comparar com os demais estados brasileiros. Foi um dos últimos a organizá-lo, talvez em função do isolamento em que se encontrava, distante das outras unidades da Federação. As primeiras instituições financeiras cooperativas goianas são da década de 1950, mas ainda sem uma data e sem um quantitativo preciso, que oscila conforme o documento analisado (JALES NAVES E JALES NAVES JÚNIOR, 2016).

Embora atualmente o cenário econômico do estado seja positivo, conforme observamos na publicação do Instituto Mauro Borges de 19 de junho de 2019, onde foi demonstrado que Goiás obteve um crescimento de seu PIB (Produto Interno Bruto) acima da média nacional, sendo 1,3% frente à 0,5% no Brasil em comparação à mesma faixa de tempo de 2018, a história do surgimento do cooperativismo na unidade federal foi bem mais complicada do que sugere o cenário descrito anteriormente.

2.5 Cooperativismo de crédito em Goiás

De acordo com dados do Departamento de Assistência ao Cooperativismo Goiano, da OCG (Organização das Cooperativas Goianas) de 1984, localizado na Secretaria de Agricultura do Estado, o cooperativismo surgiu no estado em 1955 com registro de sete cooperativas localizadas na capital e em cidades do interior, a saber: Sociedade Cooperativa De Crédito Popular Do Estado de Goiás Ltda. (Goiânia - GO); Cooperativa De Crédito Agrícola De Uruana Ltda. (Uruana - Go); Cooperativa De Crédito Agrícola de São Patrício (Jaraguá - GO); Sociedade Cooperativa Banco De Crédito Rural De Palmeiras de Goiás Ltda. (Palmeiras de Goiás - GO); Sociedade Cooperativa Banco de Crédito Rural do Planalto Ltda. (Formosa - GO); Sociedade Cooperativa Banco de Crédito Rural de Trindade Ltda. (Trindade - GO); Sociedade Cooperativa de Crédito Rural de Itapaci (Itapaci - GO).

Passada essa fase inicial e, principalmente, com o golpe militar de 1964, as cooperativas goianas quase foram extintas. Somente a localizada na cidade de Formosa sobreviveu até os anos 1980, onde 20 anos depois da reforma bancária de 1964 constituiu-se um sistema mais organizado e estruturado que servira de exemplo para os demais estados. A primeira cooperativa dessa nova fase surgiu no início da década de 1980, dirigida pelo empresário Otávio Lage, que tinha sido governador do estado de 1966 a 1971. Lage estava se dedicando à implantação de uma Agroindústria em Goianésia – GO e na época suas atividades eram restritas, porém já se desenhava ali uma alternativa para as pequenas economias.

Ao chamar a atenção dos cooperativistas goianos, Lage participou de um seminário relacionado ao cooperativismo em Caxias do Sul - RS, em maio de 1985, com o objetivo de entender como funcionava uma cooperativa de crédito rural e, na medida do possível, implantar aquele conceito em Goiás.

Na continuidade do processo e na consolidação do cooperativismo em Goiás, alguns fatos devem ser mencionados. Naves, J. e Naves, Júnior J. (2016) elucidam que a década de 1990 foi um marco relevante de transformações, principalmente ao nível de organização e constituição de sistemas regulamentadores e representativos. Essa década foi importante também na luta do governo para controlar o processo inflacionário, onde os planos para atingir tal objetivo impactaram de forma intensa as Cooperativas de Crédito, promovendo uma reorganização em todo território nacional:

Em março de 1990 o presidente Fernando Collor de Mello fechou o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e deixou as cooperativas sem poder descontar os cheques de seus associados. Demorou um tempo para as cooperativas poderem fazer compensação de papéis. Veio o convênio com o Banco do Brasil que funcionava de acordo com a vontade do gerente; muitas vezes recebia os depósitos e não remunerava as aplicações. Os problemas aumentaram muito. As Cooperativas não podiam atuar no Crédito Rural, e nem tinham centralização financeira. As dificuldades eram tantas, nesse começo, que alguns dirigentes das Cooperativas singulares, também se debatendo com problemas, chegaram a propor seu fechamento (NAVES, J. E NAVES, JÚNIOR J. 2016).

Nesta época, o protagonismo de Goiás ascendeu positivamente com a presença de duas fortes personalidades com o dom de liderar: primeiro, o Sr. Lajose Alves Godinho, presidente da recém-criada Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Parnaíba Ltda. (Credirural Agrovale) e eleito vice-presidente da também recém-criada Cooperativa Central de Crédito Rural de Goiás Ltda. (Cocecrer - GO). O segundo, o Sr. José Salvino de Menezes, presidente da Cocecrer - GO, um técnico com muitas informações sobre o sistema bancário que deu apoio e respaldo ao trabalho de Lajose, mas não ficou somente como coadjuvante. Os dois conseguiram o impulso principal e o maior objetivo de suas lutas: reorganizar e estruturar o Cooperativismo de crédito num sistema integrado que se consolidou e conseguiu o fator determinante para o sucesso e a autorização para criar os bancos cooperativos.

Com a força de liderança aliadas ao ânimo incansável frente às dificuldades acima relatadas, os dois participaram com protagonismo da estruturação do Sistema Integrado de Crédito Cooperativo do Brasil (Sicoob) e da criação do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob). O Sr. José Salvino ainda assumiu a presidência da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob, onde fez mudanças de grande

destaque como, por exemplo, os investimentos em avanços tecnológicos que instrumentalizaram o sistema, agregando mais eficiência e agilidade nos processos.

2.6 Cooperativismo de crédito em Rio Verde.

Como observamos até aqui, o cooperativismo no Brasil está muito ligado à atividade agropecuária, por isso esta prática é tão forte no estado de Goiás e também na cidade de Rio Verde, que é conhecida como a capital do agronegócio no sudoeste goiano. Prova disso é que no ano de 2019 foi sancionada, pelo então governador do estado, Ronaldo Caiado, a Lei Nº 20.425 de 18 de março de 2019 que determina que Rio Verde torna-se a sede simbólica do estado de Goiás durante o período de acontecimento da Feira de Tecnologia em Agronegócio – *Tecnoshow*. O evento consiste em uma oportunidade de exposição das inovações tecnológicas criadas para facilitar a vida dos produtores agropecuários de pequeno, médio e grande porte, e é realizada pela Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO). Conforme pode ser lido no *site* oficial da organização, ela foi fundada em Rio Verde - GO em 6 de Julho de 1975, por 50 produtores rurais que estavam dispostos a elevar o patamar da produção agropecuária no Sudoeste Goiano levando para o campo inovações tecnológicas como insumos modernos, instalação de um sistema armazenador e após essa fase a instalação de um sistema capaz de beneficiar (agregar valor) às matérias-primas produzidas na região. Atualmente a COMIGO está presente em outras 14 cidades goianas com lojas agropecuárias, estrutura de produção de suplementos minerais e de armazenagem.

A COMIGO é a instituição cooperativa pioneira na cidade Rio Verde, promovendo a inovação nos assuntos agropecuários, resolução de problemas para os produtores rurais e distribuição de renda, pois na época em que foi criada os produtores enfrentavam grandes dificuldades com a comercialização, aquisição de insumos a preços acessíveis e obtenção de assistência técnica. (COMIGO, 2010)

Sendo assim, é de grande importância conhecermos alguns aspectos das instituições financeiras cooperativistas presentes na cidade. Atualmente existem quatro instituições deste ramo distribuídas pelo município que serão apresentadas e detalhadas a seguir.

Sicoob Credi-Rural

Falaremos inicialmente do Sicoob Credi-Rural, uma cooperativa que possui uma história inteiramente ligada ao surgimento e consolidação do agronegócio local. Conforme mostra o material disponibilizado em sua página virtual, a cooperativa foi constituída em 18 de março de 1988, com a denominação de Cooperativa de Crédito Rural do Sudoeste Goiano Ltda. O início se deu quando trinta e dois produtores rurais tomaram a iniciativa de criar uma cooperativa de crédito rural, com um montante de dinheiro inicial integralizado de Cr\$ 32.000,00 cruzados, formando o capital social da empresa. Essa cooperativa foi criada com o intuito de auxiliar financeiramente seus associados, estimular a produção rural local e propiciar a circulação dessa produção e sua industrialização.

A cooperativa recebeu o certificado de autorização para funcionamento do Banco Central somente em 5 de setembro de 1988, e deu início a suas atividades, de fato, em 21 de abril de 1989, no prédio da COMIGO, contando apenas com quatro colaboradores.

Após as constantes mudanças de planos do governo, a extinção do BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A em 15 de março de 1990, e o consequente bloqueio dos depósitos e aplicações, a cooperativa de crédito então chamada de Credi-Rural Comigo sofreu um duro golpe que só começou a ser superado em 23 de abril de 1990 quando, através do Banco do Brasil S/A, os valores começaram a ser desbloqueados. Assim, após dois meses do dia de extinção do BNCC, a Credi-Rural Comigo retornou suas atividades, realizando um convênio com o Banco do Brasil S/A que permitiu que a cooperativa pudesse fornecer talonários de cheques e ter acesso à câmara de compensação de cheques.

Ainda conforme a página virtual da cooperativa, em 2007 ela foi incorporada à marca Sicoob passando a se chamar Sicoob Credi-Rural Comigo e, em 2008, após pesquisa realizada com seus associados, adotou o nome que permanece até os dias atuais, a saber, Sicoob Credi-Rural.

Atualmente, a instituição conta com uma moderna sede na cidade de Rio Verde - GO, com mais de 8.000 associados e postos de atendimento ao cooperado nas cidades de Jataí, Acreúna, Paraúna, Montividiu, Indiara, Santa Helena de Goiás, Iporá, São Luís de Montes Belos, Caiapônia, Edeia, Catalão, Jandaia, Anicuns e Palmeiras de Goiás.

Sicoob Unisaúde

Outra importante instituição financeira do município de Rio Verde é a Cooperativa Sicoob Unisaúde Goiás que, de acordo com seu estatuto social disponibilizado no *site* da empresa, foi fundada em 10 de julho de 1998. Possui como objeto social três itens, sendo eles: 1) o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo regulamentação em vigor; 2) promover, através da mutualidade a prestação de serviços financeiros a seus associados; e 3) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Segundo histórico disponibilizado em sua página virtual, sua criação, no início do segundo semestre de 1998, aconteceu pela iniciativa da classe médica de Rio Verde, Jataí e Mineiros que buscavam alternativas mais justas para administração de seus recursos. Após 14 anos e com diversos obstáculos vencidos, em 2012 a instituição abriu para a livre admissão de associados. No ano seguinte filiou-se ao Sicoob através de uma decisão de ordem estratégica. Em 2017 a instituição ultrapassou os R\$ 100 milhões em ativos administrados e superou a marca de 4,3 mil associados.

Sicoob Empresarial

O Sicoob Empresarial teve seu início na cidade de Rio Verde, em 5 de junho de 2007, em assembleia de constituição realizada na ACIRV (Associação Comercial e Industrial de Rio Verde). Porém, apenas no mês seguinte obteve autorização do BACEN para começar suas atividades, que foram de fato iniciadas em 21 de setembro de 2007.

O intuito inicial da criação da cooperativa era atender às empresas e empresários ligados à Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV). Contudo, no início do ano de 2012 promoveu-se a alteração do estatuto social da empresa, permitindo assim que outras entidades pudessem associar-se, por exemplo: o SINDIVAREJISTA (Sindicato do Comércio Varejista de Rio Verde - GO), a ASTRACO (Associação dos Transportadores de Cargas do Centro - Oeste), dentre outras.

Segundo análise estatística disponibilizada no site da cooperativa, ela finalizou o ano de 2009 com 223 associados apresentando, então, um crescimento

de 20,34% em seu quadro social e um aumento no patrimônio líquido de 77,66% totalizando R\$ 1.795.019,00.

Após este crescimento, a cooperativa aderiu, em 2012, à Livre Admissão, ampliando assim o atendimento e permitindo que qualquer segmento da sociedade pudesse associar-se. Dois anos mais tarde, mais especificamente em 7 de julho de 2014, ocorreu uma mudança significativa na empresa e a nova sede da instituição foi inaugurada com o objetivo de trazer mais qualidade de atendimento e de prestação de serviços aos cooperados. Após todas essas mudanças, a cooperativa alcançou, em 2019, o número de 2.100 associados e um patrimônio líquido avaliado em R\$ 24.573,54.

Sicredi

Outra importante empresa, chamada Sicredi (Sistema de Crédito Cooperativo) que, como vimos anteriormente, foi a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil, está presente em Rio Verde e é representado por duas agências: uma localizada na avenida Presidente Vargas e a outra na avenida José Walter, denominadas Sicredi Cerrado - GO.

Segundo publicação na página virtual do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás (OCB-GO) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), o Sicredi Cerrado - GO foi constituído no dia 1 de dezembro de 2017 quando os associados das cooperativas Sicredi Sudoeste GO e Sicredi Centro Oeste GO decidiram realizar uma fusão. A partir de tal incorporação, a estrutura da empresa passou a ter 10 agências distribuídas por 8 cidades goianas, dentre elas, Rio Verde. Atualmente o Sicredi Cerrado - GO possui mais de 18 mil associados, conforme informação disponibilizada pelo *site* da instituição.

2.7 Bancos virtuais e tradicionais

A cidade de Rio Verde, como a maioria dos municípios brasileiros, também possui as instituições bancárias tradicionais. Estão presentes quatro agências do Itaú Unibanco que, segundo informações disponibilizadas em seu endereço virtual, é o maior banco privado do Brasil e uma das maiores empresas do segmento no mundo. Tal informação, ainda de acordo com o *site* da empresa, é atestada por um

ranking da Forbes, renomada revista estadunidense de negócios e economia. A instituição possui 91 anos de existência, 90 mil colaboradores, 60 milhões de clientes e aproximadamente 95 mil acionistas.

A cidade também tem em sua estrutura cinco agências do Banco do Brasil. De acordo com texto presente em sua página virtual, a corporação foi a primeira instituição bancária a operar no país, fundada em 12 de outubro de 1808. Em 2010 completou 202 anos de existência, somando, aproximadamente, R\$ 811 bilhões em ativos e com presença em 3.550 municípios brasileiros através de sua própria rede de atendimentos e com 45 mil postos próprios de autoatendimento.

Também são encontradas na cidade três agências do Banco Bradesco. Foi fundado em 10 de março de 1943 em Marília-SP, buscando fornecer atendimento à imigrantes, lavradores, pequenos comerciantes, empresários e grandes proprietários de terras. Segundo a contextualização histórica disponibilizada no site da empresa, o banco foi o primeiro a posicionar seus gerentes na área de atendimento ao público. Em 2011 foi considerado a sexta marca bancária mais valiosa do mundo, pela consultoria da *Brand Finance*, em parceria com a revista inglesa *The Banker*, contendo 55 milhões de clientes (desse total, 24 milhões são correntistas) e mais de 44 mil postos de atendimentos.

Outra empresa bancária, a Caixa Econômica Federal, têm na cidade três agências, de acordo com dados da instituição em sua página virtual. Foi criada em 1861, mais precisamente quando Dom Pedro II assinou o Decreto de número 2.723, que daria início às atividades da então denominada Caixa Econômica da Corte. A instituição é responsável pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Seguro-Desemprego. É encarregada, também, pelos seguintes programas sociais do governo: Bolsa Família, FIES (Financiamento Estudantil) e Programa Minha Casa Minha Vida.

Constitui também o portfólio de instituições bancárias presentes na cidade de Rio Verde uma agência do Banco Santander, originário da Espanha que, segundo seu *site*, atende no mercado global mais de 100 milhões de clientes que têm à disposição uma estrutura de atendimento de mais de 14.400 agências distribuídas em todo o globo. Administra um valor estimado em mais de 1 bilhão de euros, contando com mais de 3 milhões de acionistas. Dentre os países que a instituição possui maior relevância, destacamos, na América Latina: Brasil, México, Argentina e Chile; no continente europeu: Reino Unido, Alemanha, Portugal e Polônia.

Ao abordarmos as instituições financeiras que estão à disposição da população de Rio Verde, devemos citar além das Cooperativas e bancos tradicionais, as *fintechs* (termo em inglês para tecnologia financeira), mais conhecidas como os bancos digitais, que estão surgindo como solução financeira viável pela isenção de taxas e praticidade.

As *fintechs* que desejam iniciar sua trajetória no país necessitam de autorização do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas empresas utilizam de forma massiva a tecnologia e podem ser de vários ramos, tais como: de crédito, de pagamento, gestão financeira, empréstimo, investimento, financiamento, seguro, negociação de dívidas, câmbio e multisserviços.

Estas organizações podem ser de dois tipos, sendo eles a Sociedade de Crédito Direto (SCD) e a Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP). Estas primeiras instituições são empresas que realizam operações de crédito por meio eletrônico com recursos próprios, não podem captar recursos público e empresas que realizam operações de crédito entre pessoas, atuando como intermediária dos contratos realizados entre tomadores e credores, respectivamente.

A primeira empresa desse ramo que veremos é a *Nubank*, que foi fundada em 2013 por três pessoas de diferentes nacionalidades sendo: Sr. David Vélez (colombiano), o Sr. Edward Wible (americano) e a Sra. Cristina Junqueira (brasileira). Originada em São Paulo, capital, a empresa nasceu com o intuito de alcançar, através de tecnologia, soluções para problemas financeiros, até por isso é considerada uma *fintech*. Possui atualmente 5 milhões de clientes, sendo, portanto, a principal *fintech* da América Latina. É apontada pela revista Fast Company como a terceira empresa mais inovadora da América Latina.

Assim como a *fintech* descrita acima, existem no Brasil outras instituições com essa característica como, por exemplo, o banco Inter, o banco *Next* de propriedade do tradicional banco Bradesco, o banco Original dentre outros.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como revisão bibliográfica, onde o autor necessita coletar o material literário, absorver os dados contidos, e depois, através de um uso lógico, permitir ao leitor a compreensão profunda do tema. Este tipo de estudo possui duas funções de grande relevância: a primeira consiste em fazer parte do

desenvolvimento científico, função de origem histórica; a segunda é atualização, pois fornece a qualquer profissional informação corrente (aperfeiçoada) da ciência (FIGUEIREDO, Nice 1990).

Em conformidade com GIL (2008, p 28) as pesquisas descritivas têm como finalidade descrever uma população ou fenômeno, ou a relação existente entre as partes citadas. Uma característica que fundamenta esse tipo de pesquisa é a coleta de dados de forma padrão, em certos momentos servindo para revisitar uma nova visão da problemática abordada.

Será utilizado, neste trabalho, de modo a levantar informações e, após isso, descrevê-las e interpretá-las, o modo de pesquisa qualitativa descritiva aliada à pesquisa quantitativa.

Segundo TRIVIÑOS (1987), a pesquisa qualitativa requer informações sobre o que se deseja estudar, essa modalidade de pesquisa almeja descrever os acontecimentos e fenômenos de uma determinada realidade onde o autor busca profunda compreensão do objeto de análise.

Será utilizado, ainda, o método de pesquisa de campo, que tem por objetivo conseguir informações sobre um problema. Consiste na observação do modo pelo qual se dá um fato ou fenômeno que exige a utilização de métodos de controle condizentes com o objetivo de pesquisa (LAKATOS; MARCONI 2003).

Para obter valores que permitissem a análise dos dados financeiros e comparação dos preços dos produtos e serviços fornecidos pelas instituições estudadas na cidade de Rio Verde, fizemos, nos dias 15 de abril de 2020 e 16 de abril de 2020, pesquisas de valores nas tabelas de tarifas de cada instituição. Tais informações estão disponibilizadas em suas páginas virtuais. Foi utilizado, ainda, o site da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) onde existe o Sistema de Divulgação de Tarifas de Serviços Financeiros (STAR).

Na continuidade da pesquisa, daremos a seguinte nomenclatura às instituições: os cinco bancos privados da cidade serão chamados de bancos 1, 2, 3, 4, e 5. Já as quatro cooperativas da cidade serão denominadas Cooperativas A, B, C e D para garantir o sigilo das informações aqui disponibilizadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de análise dos produtos e serviços disponibilizados pelos bancos privados e cooperativas presentes na cidade de Rio Verde foram elencados nas tabelas abaixo:

Quadro 4 - Comparação de preços entre bancos privados.

	PRODUTOS / INTUIÇÕES	BANCOS PRIVADOS					MÉDIA BANCOS
		1	2	3	4	5	
I	CADASTRO	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 0,00	R\$ 24,00
II	CARTÃO DE DÉBITO	R\$ 8,50	R\$ 8,50	R\$ 7,60	R\$ 8,10	R\$ 7,90	R\$ 8,12
III	CHEQUES (PREÇO POR FOLHA)	R\$ 1,75	R\$ 1,40	R\$ 1,90	R\$ 1,80	R\$ 1,80	R\$ 1,73
IV	SAQUE (TERMINAL)	R\$ 2,55	R\$ 2,10	R\$ 2,65	R\$ 2,55	R\$ 2,60	R\$ 2,49
V	DEPÓSITO IDENTIFICADO	R\$ 8,50	R\$ 0,00	R\$ 3,20	R\$ 6,45	SND	R\$ 18,15
VI	TRANSFERÊNCIA (DOC - PRESENCIAL)	R\$ 21,95	R\$ 15,50	R\$ 20,70	R\$ 21,95	R\$ 19,20	R\$ 19,86
VII	TRANSFERÊNCIA (TED - PRESENCIAL)	R\$ 21,95	R\$ 15,50	R\$ 20,70	R\$ 21,95	R\$ 19,20	R\$ 19,86
VII	TRANSFERÊNCIA (DOC - AUTOATENDIMENTO)	R\$ 10,45	R\$ 8,65	R\$ 11,10	R\$ 10,45	R\$ 10,30	R\$ 10,19
IX	TRANSFERÊNCIA (TED - AUTOATENDIMENTO)	R\$ 10,45	R\$ 8,65	R\$ 11,10	R\$ 10,45	R\$ 10,30	R\$ 10,19
X	ADIANTAMENTO A DEPOSITANTE	R\$ 59,90	R\$ 54,40	R\$ 59,90	R\$ 58,70	R\$ 53,80	R\$ 57,34
XI	MANUTENÇÃO DE CONTA	R\$ 5,00	-	R\$ 13,20	-	-	R\$ 3,64

Adaptada pelo autor.

Podemos verificar que apenas dois serviços são isentos de taxas nos bancos privados, sendo o de identificação do depositante no Banco 2, e a realização do cadastro para início de relacionamento no banco 5. Os demais possuem tarifas demonstrando que as instituições bancárias buscam obtenção lucro diante dos diversos produtos e serviços disponibilizados.

Quadro 5 - Comparação de preços entre Cooperativas.

	PRODUTOS / INTITUIÇÕES	COOPERATIVAS				MÉDIA COOPERATIVAS
		A	B	C	D	
I	CADASTRO	R\$ 60,00	ISENTO	ISENTO	ISENTO	R\$ 15,00
II	CARTÃO DE DÉBITO	R\$ 8,00	R\$ 20,00	R\$ 24,00	R\$ 12,00	R\$ 16,00
III	CHEQUES (PREÇO POR FOLHA)	R\$ 1,90	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,50	R\$ 1,35
IV	SAQUE (TERMINAL)	R\$ 2,00	ISENTO	R\$ 2,00	ISENTO	R\$ 1,00
V	DEPÓSITO IDENTIFICADO	R\$ 2,00	ISENTO	R\$ 3,00	R\$ 3,00	R\$ 4,00
VI	TRANSFERÊNCIA (DOC - PRESENCIAL)	R\$ 16,50	R\$ 8,00	R\$ 12,00	R\$ 12,50	R\$ 12,25
VII	TRANSFERÊNCIA (TED - PRESENCIAL)	R\$ 16,50	R\$ 8,00	R\$ 12,00	R\$ 12,50	R\$ 12,25
VII	TRANSFERÊNCIA (DOC - AUTOATENDIMENTO)	R\$ 9,00	R\$ 4,00	R\$ 6,00	R\$ 6,50	R\$ 6,37
IX	TRANSFERÊNCIA (TED - AUTOATENDIMENTO)	R\$ 9,00	R\$ 4,00	R\$ 6,00	R\$ 8,00	R\$ 6,75
X	ADIANTAMENTO A DEPOSITANTE	R\$ 50,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00	R\$ 60,00	R\$ 47,50
XI	MANUTENÇÃO DE CONTA	R\$ 8,00	ISENTO	-	ISENTO	R\$ 2,00

Adaptada pelo autor

Em relação aos preços do portfólio de produtos e serviços analisados nas cooperativas, observa-se que há mais produtos isentos de taxas, inclusive o de manutenção de conta, tarifa que é cobrada mensalmente dos correntistas.

Em análise a cada um dos produtos e serviços elencados nas tabelas 4 e 5 temos:

I – Confecção de Cadastro para início de relacionamento:

O primeiro item a ser analisado será o cadastro para início de relacionamento com a instituição, ou seja, o valor para que a empresa cadastre a pessoa física ou jurídica em seu sistema, utilizando os dados presentes nos documentos apresentados pelo proponente.

A média do preço de confecção do cadastro nos bancos privados analisados é de R\$ 24,00, já nas cooperativas essa média é de R\$ 15,00, apresentando uma variação de 60%, beneficiando as cooperativas.

II – Fornecimento de 2ª via de cartão de débito:

O próximo produto a ser avaliado é o fornecimento da segunda via do cartão de débito, que será utilizado pelo titular da conta para saques e compras. Ao analisar essa taxa nos bancos privados, pode-se perceber que todos cobram um

valor acima de R\$ 7,00. Vale destacar a instituição que cobra o menor valor por emissão, o Banco 3, onde a taxa é de R\$ 7,60.

III – Fornecimento de talões de cheques (preço por folha):

Outro produto que é muito utilizado por todo correntista são os talões de cheques. Nas cooperativas o preço médio por folha é de R\$ 1,35. A Cooperativa A possui o valor mais alto por folha de cheque, sendo R\$ 1,90, enquanto as Cooperativas B e C possuem os valores mais baixos para essa tarifa, R\$ 1,00.

IV – Saques via terminal de autoatendimento:

Um serviço fornecido pelas instituições financeiras que é de importância para todos os correntistas é a disponibilização de terminais de autoatendimento para que neles sejam realizados saques, depósitos, pagamentos, dentre outros. Mais especificamente em relação ao saque, é de grande importância verificar as taxas para um serviço tão importante. A média nos bancos privados para esses serviços é de R\$ 2,49 enquanto nas cooperativas esse preço médio cai para R\$ 1,00, representando uma queda de 149%.

V – Realização de depósitos identificados:

Além de saques outra transação bastante comum em contas correntes são os depósitos. Nestes há um serviço fornecido pelas instituições financeiras que é a possibilidade do depositante se identificar, de forma que o titular da conta veja quem realizou aquele depósito. A média entre os bancos privados é de R\$ 18,15. Já nas cooperativas, o preço médio é de R\$ 4,00. Apenas a Cooperativa B fornece isenção dessa tarifa.

VI VII, VIII E IX – Emissão de transferências:

As transferências são, também, imprescindíveis para correntistas que procuram agilidade e segurança. Ao mover valores, as instituições oferecem duas modalidades de transferências, sendo elas: o Documento de Crédito (DOC) e a Transferência Eletrônica Disponível (TED). A tarifa cobrada para a execução deste serviço varia se sua realização acontecerá pessoalmente na instituição ou à distância por meio do aplicativo eletrônico. Entre os bancos privados, o Banco 2 possui a taxa mais baixa, cobrando R\$ 15,50 para a execução do serviço de forma

presencial, independentemente de ser DOC ou TED, e R\$ 8,65 se a realização for por meio de aplicativo.

X – Concessão de adiantamento a depositante:

Dentre todos os produtos e serviços analisados, os que apresentam taxa mais altas em todas as instituições são o fornecimento do adiantamento a depositante, ou seja, quando a conta do correntista passa a virada do dia devedora (com saldo negativo). Nos bancos privados, essa taxa chega a R\$ 59,90 (Banco 1) e, nas cooperativas, esse valor alcança a quantia de R\$ 60,00 (Cooperativa D).

XI – Tarifa de manutenção de conta corrente:

Há uma tarifa que deve ser paga pelo correntista comum nos bancos privados, conhecida como taxa de manutenção de conta corrente. Diante da pesquisa realizada, observamos que em várias instituições não há um valor preciso em relação a essa taxa, pois ela depende do pacote escolhido, modalidade da conta, movimentação e outros produtos contratados, dentre outros fatores. Apesar da inconsistência na obtenção de valores exatos, chegamos a uma conclusão importante. Em todos os bancos privados há cobrança dessa taxa, porém, das quatro cooperativas analisadas, três oferecem isenção dessa taxa a seus associados.

Após a comparação isolada entre preços de produtos e serviços disponibilizados por bancos privados e cooperativas, é de suma importância que verifiquemos qual instituição possui o menor preço para cada produto e serviço.

Quadro 6 - Comparação de menores preços entre bancos privados e cooperativas.

PRODUTOS	INSTITUIÇÕES	
	BANCOS	COOPERATIVAS
CADASTRO	BANCO 1 (R\$ 0,00)	COOPERATIVAS B, C e D (R\$ 0,00)
CARTÃO DE DÉBITO	BANCO 3 (R\$ 7,60)	COOPERATIVA A (R\$ 8,00)
CHEQUES (PREÇO POR FOLHA)	BANCO 2 (R\$ 1,40)	COOPERATIVAS B e C (R\$ 1,00)
SAQUE (TERMINAL)	BANCO 2 (R\$ 2,10)	COOPERATIVAS B e D (R\$ 0,00)
DEPÓSITO IDENTIFICADO	BANCO 2 (R\$ 0,00)	COOPERATIVAS B (R\$ 0,00)
TRANSFERÊNCIA (DOC - PRESENCIAL)	BANCO 2 (R\$ 15,50)	COOPERATIVAS B (R\$ 8,00)
TRANSFERÊNCIA (TED - PRESENCIAL)	BANCO 2 (R\$ 15,50)	COOPERATIVAS B (R\$ 8,00)
TRANSFERÊNCIA (DOC - AUTOATENDIMENTO)	BANCO 2 (R\$ 8,65)	COOPERATIVAS B (R\$ 4,00)
TRANSFERÊNCIA (TED - AUTOATENDIMENTO)	BANCO 2 (R\$ 8,65)	COOPERATIVAS B (R\$ 4,00)
ADIANTAMENTO À DEPOSITANTE	BANCO 5 (R\$ 53,80)	COOPERATIVAS B e C (R\$ 40,00)
MANUTENÇÃO DE CONTA	BANCO 1 (R\$ 5,00)	COOPERATIVAS B e D (R\$ 0,00)

Adaptada pelo autor.

Ao comparar os preços dos produtos nas duas categorias de instituições, consideramos importante salientar que três das quatro cooperativas estudadas oferecem isenção de taxa para realização do cadastro do seu correntista. No que se refere ao fornecimento de adiantamento à depositante, a diferença de preço entre bancos e cooperativas é significativa, sendo R\$ 13,80 a favor das cooperativas, considerando o preço mais baixo deste serviço entre os dois tipos de instituições.

Mas, tão importante quanto o menor preço de cada produto ou serviço, é a qualidade do que é apresentado e a satisfação do correntista ao obtê-lo ou utilizá-lo. Por isso é primordial que, antes da contratação, o proponente busque avaliar a satisfação dos que já realizam sua movimentação bancária em determinada instituição, assim como a reputação da mesma perante a sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do histórico cooperativista analisado neste estudo observamos que, sempre em cenários de dificuldades e desesperança, práticas cooperativistas surgiam como solução. Foi também mostrado neste estudo a evolução do cooperativismo de crédito no âmbito nacional, estadual e municipal.

Este trabalho foi motivado em demonstrar o potencial das práticas cooperativistas, em especial àquelas relacionadas às finanças e ao crédito, e a

revolução que tais empresas podem trazer a uma sociedade, facilitando a superação de obstáculos decorridos de uma realidade desigual. Assim, buscamos destacar, através de fatos históricos, além de análises de preços e comparações, o quanto é válido observar que há outros meios de se levar uma vida financeira saudável além dos bancos tradicionais.

Com base no que foi expressado neste estudo, no âmbito da Nova Economia Institucional, o cooperativismo regula e normatiza as relações no sistema econômico para que ele funcione de forma eficiente.

Ao comparar os preços dos produtos e serviços mais utilizados pela sociedade nas instituições financeiras, observamos claramente que as cooperativas oferecem preços inferiores impulsionando, assim, muitos correntistas a trocarem as instituições bancárias pelas cooperativas ou até iniciar sua movimentação já nas cooperativas, sem que tenham utilizado o sistema bancário tradicional.

O cooperativismo, bem como o cooperativismo de crédito, no que se refere à forma de trabalhar suas finanças, busca dividir as sobras (lucros) ou dívidas ao final de cada exercício e, após o pagamento de todas as despesas operacionais, entre seus cooperados. Assim, são fomentados o rendimento e o sentimento de pertencimento e propriedade dos usuários da instituição. Este fato faz com que cada cooperado seja um propagador de sua instituição, alavancando os resultados e fortalecendo o propósito das empresas em seu ideal de cooperação.

Fica evidenciado, ainda, que o cooperativismo, aplicado e gerido de forma a cumprir seu papel como instituição agregadora, propiciam impactos positivos não só às pessoas que o constitui, mas, também, à sociedade que o circunda. A justificativa para esta afirmação pode ser feita é a de que, apesar de as pessoas terem uma concepção individualista, quando elas se juntam em prol de um mesmo objetivo acontece a eclosão de resultados e benefícios, fatores que tornam evidente a mudança.

Ao analisarmos os resultados da pesquisa, pudemos constatar que os preços e tarifas de produtos e serviços das cooperativas são mais atraentes ao consumidor. Somado a isto está o fato da divisão de sobras que há no final de cada exercício. Assim, as vantagens das cooperativas ficam ainda mais evidentes, devendo ser considerado que, mesmo entre as próprias cooperativas de crédito atuantes no município de Rio Verde, existem diferenças de preços e demais nuances peculiares ao cooperativismo de crédito que devem ser observados.

O resultado da comparação entre as instituições privadas no município de Rio Verde mostrou que, dentre as instituições bancárias e cooperativas de crédito estudadas, a que possui as menores taxas é a Cooperativa B. Ademais, esta instituição apresentou isenção de taxas em quatro dos onze produtos e serviços analisados, superando inclusive o Banco 2, instituição bancária privada que demonstrou menores preços se comparada aos demais bancos.

Logo, é possível realçar as vantagens em se ter uma cooperativa como instituição financeira principal, uma vez que elas buscam a evolução de seus associados e da comunidade, baseada na essência da ideia de ajuda mútua e buscando promover a justiça financeira. Através do estudo, foi possível verificar que as cooperativas de crédito disponibilizam os mesmos produtos e serviços que os bancos privados e *fintechs*, com menor preço e visando o bem-estar do cooperado (cliente), e têm sua existência e servidões definidos como meio de obtenção de lucro.

Constatamos, ainda, que as *Fintechs* são novas modalidades que vem surgindo e ganhando mais clientes a cada dia e, tão logo a barreira tecnológica conseguir ser quebrada pela nova geração de pessoas altamente conectadas às tecnologias atuais, os bancos privados vão ter que se reinventar para não desaparecerem do mercado financeiro.

As cooperativas são uma opção de instituição financeira ainda pouco conhecida pela sociedade como um todo. Cabe sugerir que novos estudos sejam feitos com o objetivo de levar conhecimento ao maior número de pessoas possíveis, não só em relação ao cooperativismo de crédito, mas sobre todos os outros seis ramos existentes, a saber: ramo agropecuário, de consumo, de infraestrutura, de saúde, de trabalho, de produção, bens e serviços, e de transporte.

REFERÊNCIAS

BANCO Central do Brasil. **O que é cooperativa de crédito?** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

BANCO do Brasil. **Cheque especial.** Disponível em: <<https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/estilo/produtos-e-servicos/emprestimo/dinheiro-para-usar-como-quiser/cheque-especial#/>>. Acesso em: 16 de abr de 2020.

BANCO do Brasil. **Histórico da Instituição.** 2010. Disponível em: <<https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm>>. Acesso em: 01 de abr de 2020.

BLOG Nubank. **O que é Nubank?** Disponível em: <<https://blog.nubank.com.br/nubank-o-que-e-confiavel/>>. Acesso em: 02 de abr de 2020.

BRADESCO. **Bradesco cartões.** Disponível em: <<https://banco.bradesco/cartoes/creditorotativo/>>. Acesso em: 16 de abr de 2020.

BRADESCO. **Nossa História.** Disponível em: <<https://banco.bradesco/html/classic/sobre/nossa-historia.shtm>>. Acesso em: 01 de abr de 2020.

CAIXA Econômica Federal. **Caixa: compromisso com o Brasil.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 01 de abr de 2020.

CAIXA Econômica Federal. **Cesta de serviços.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/contas/cesta-de-servicos/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 16 de abr de 2020.

CAMPOS, K.C.C.F; DINIZ, K.X; SANTANA. R.F. **O Processo de Internacionalização da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano e o Desenvolvimento do Município de Rio Verde.** 2012. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás.

CAROLOS, A. G. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. [S.l.]: Atlas, 2008.

COMIGO. **Página Inicial.** Disponível em: <<https://comigoserver.com.br/empresa>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

COSTA, I. S; THIOLENT, M. Análise do cooperativismo de crédito: Um comparativo entre Brasil e Alemanha. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa.** Ano II. V. 1. N. 1. p.109-127.

CRESOL. **Tudo que você precisa saber sobre o crédito rural**. 2019. Disponível em: <<https://blog.cresol.com.br/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-credito-rural/>>. Acesso em: 17 de jun de 2019.

EQUIPE Conexão. **Conexão seguros UNIMED**. 2018. Disponível em: <<https://www.conexaosegurosunimed.com.br/historia-do-criador-do-cooperativismo-friedrich-wilhelm-raiffeisen/>>. Acesso em: 13 de mar de 2020.

FEBRABAN. **Download das Tarifas em PDF**. Disponível em: <http://www.febraban-star.org.br/Tarifas_PDF.asp>. Acesso em: 16 de abr de 2020.

FEBRABAN. **Tarifa**. 2008. Disponível em: <<http://www.febraban-star.org.br/CompararTarifaPasso1.asp>>. Acesso em: 16 de abr de 2020.

FIGUEIREDO, Nice. Da importância dos artigos de revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, jan./dez. 1990.

FLOR, G; LEÃO, N. **Cooperativismo de crédito**: Boas práticas no Brasil e no mundo. Brasília: Farol Estratégias em Comunicação, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GOIÁS Cooperativo. **Da união de duas cooperativas, nasce a Sicredi Cerrado GO**. 2017. Disponível em: <<http://www.goiascooperativo.coop.br/noticias/da-uniao-de-duas-cooperativas-nasce-a-sicredi-cerrado-go/>> Acesso em: 15 de mar de 2020.

ITAÚ. **Apresentação**. Disponível em: <<https://www.itaubank.com.br/sobre/quem-somos/apresentacao/>>. Acesso em: 01 de abr de 2020.

ITAÚ. **Pacotes e serviços de tarifas**. 2019. Disponível em: <<https://www.itaubank.com.br/contas/conta-corrente/tarifas/>>. Acesso em: 16 de abr de 2020.

JOCHEM, L; RONKOSKI, J; JOCHEM, V. **Cooperativismo**: uma abordagem histórico-filosófica. Hortolândia: Foco, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, J. R. F; SENRA, B. F. **Aspectos jurídicos das cooperativas de crédito**. [S.L.]: Mandamentos, 2005.

LIMA, C. A; SILVA, J. O; VIGIANO, M. A. **Cooperativismo: doutrina, descompassos e prática**. A rede cooperativista como fator de fortalecimento. Conselho Editorial: MACÊDO, B, K; ESTEVAM, L; ROSA, C, O; MARIN, E; XIMENES, J, A, A. Goiânia, 2003. p. 27-57.

MARCONI, M, A; LAKATOS, E, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEINEN, E; PORT, M; **Portal do Cooperativismo financeiro**. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/>>. Acesso em: 18 de jun. de 2019.

MOREIRA, H. S. B; Cezar, S. A; Barros, V. E. Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas na Revista de Economia e Sociologia Rural. **SciELO**, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000100006>. Acesso em: 11 de mar de 2020.

NAVES, J. NAVES, J, J. **Cooperativismo de Crédito, Sua história em Goiás e seu protagonismo no Brasil**. Goiânia: Naves, 2016.

NORTH, D. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

PINHO, B. D; PALHARES, V. M. A. **O Cooperativismo de crédito no Brasil do século XX ao século XXI**. Volume 2. Brasília: Confabras, 2010. p. 45-167.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. Manual de Cooperativismo. São Paulo: CNPq, 1982.

PORT, M; MEINEN, E. **Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios**: De cooperativa de crédito a principal instituição financeira do associado. Brasília: Confabras, 2014.

PORTAL do cooperativismo financeiro. **Alemanha**: Friedrich Wilhelm Raiffeisen – conheça um pouco da vida do fundador do Raiffeisenbank. Disponível em: <<https://www.cooperativismodecredito.coop.br/2012/09/alemanha-friedrich-wilhelm-raiffeisen-conheca-um-pouco-da-vida-do-fundador-do-raiffeisenbank/>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

PORTAL do cooperativismo financeiro. **O que é uma cooperativa de crédito ou instituição financeira cooperativa?** Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/o-que-e-uma-cooperativa-de-credito-2/>> Acesso em: 14 de jun. de 2019.

PREFEITURA de Rio Verde. **Sicredi inaugura nova sede em Rio Verde**. 2006. Disponível em: <<https://www.rioverde.go.gov.br/sicredi-inaugura-nova-sede-em-rio-verde/>>. Acesso em: 15 de mar de 2020.

SALOMÃO, K. **Bradesco lança banco digital Next**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/bradesco-lanca-banco-digital-next/>>. Acesso em: 02 de abr de 2020.

SANTANDER. **A fortaleza de um grande Grupo**. Disponível em: <<https://www.pb-santander.com/pt/spbi/quienes-somos/grupo-santander>>. Acesso em: 01 de abr de 2020.

SANTANDER. **Limite da conta.** Disponível em: <<https://www.santander.com.br/conta-corrente-pessoa-fisica/servicos/limite-de-conta-santander>>. Acesso em: 16 de abr de 2020.

SARKIS, C, D; et al. Gestão orçamentária de cooperativas de crédito. **Revista Mineira de Contabilidade.** Belo Horizonte – MG. V. 3, n. 51. Jul/Ago/Set. 2013. p. 6-14.

SCHNEIDER, J. E. e LOUREIRO, M. R. Garcia. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981.

SEBRAE. **As vantagens de se associar a uma cooperativa de crédito.** Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-vantagens-de-se-associar-a-uma-cooperativa-de-credito,e943ee9fc84f9410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 17 de jun de 2019.

SICOOB. **Institucional.** 2013. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>>. Acesso em: 03 de mar de 2020.

SICOOB. **O Sicoob, nossa história.** Disponível em: <<http://www.unisicoob.com.br/unisaudegoias/o-sicoob>>. Acesso em: 04 de mar de 2020.

SICOOB empresarial. **Histórico Sicoob Empresarial.** Disponível em: <<https://sicoobempresarial.com.br/historico-da-central/>>. Acesso em: 05 de mar de 2020.

SICOOB Empresarial. **Tabela de tarifas pessoa jurídica.** 2019. Disponível em: <<https://www.sicoobempresarial.coop.br/arquivos/tabela-tarifas/Tabela-de-Tarifas-PJ.pdf>> Acesso em: 20 de abr de 2020.

SICREDI. **Histórias.** Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/memoria/historias/>>. Acesso em: 15 de mar de 2020.

SICREDI. **Tabela de tarifas.** 2019. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/media/filer_public/2019/11/27/tabela-tarifas-bancarias-conformidade-trimestral-a2-420x594mm.pdf>. Acesso em: 16 de abr de 2020.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a auto gestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SISTEMA OCB/RR. **Três tipos de sociedades cooperativas.** 2016. Disponível em: <<http://www.ocbrr.coop.br/87-sem-categoria/114-tr%C3%AAAs-tipos-de-sociedades-cooperativas.html>>. Acesso em: 19 de mar de 2020.

SISTEMA OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019**. 2019. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>>. Acesso em: 10 de mar de 2020.

SISTEMA OCB. **Ramos do cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/publicacao/57/ramos-do-cooperativismo>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

SOARES, M. M; SOBRINHO, A. D. M. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

SOBRINHO, A. D. M; SOARES, M. (Org) **Rumos do Cooperativismo Financeiro no Brasil**. Brasília, 2015. p. 27-140.

SOUSA, R. B. **Cooperativas de crédito - Do Básico Ao Gerencial**. João Pessoa: Ufpb, 2006.

SOUZA, E. G. V. **Cooperativismo de crédito no Brasil: globalização, estado e cidadania**. Curitiba: Juruá, 2008.

TECNOSHOW comigo. **A feira**. 2016. Disponível em: <<https://www.tecnoshowcomigo.com.br/sobre>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNISICOOB. **Tabela Geral de Tarifas - Pessoa Física**. Disponível em: <<http://www.unisicoob.com.br/unisaudegoias/para-voce-tarifas>> Acesso em: 20 de abr de 2020

VON MISES, L. **Ação humana: um tratado de economia**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

WILLIAMSON, O. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

ZYLBERSZTAJN, D., **Costs, Transactions and Transactions Costs: are there simple answers for complex questions?** Working Paper, n.3/006. São Paulo USP 2003.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. : Pioneira: São Paulo, 2000. p. 23-38.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação no agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**. 1995. 237f. Tese (Dissertação em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.